PLANO DE LUTAS

Para viabilizar o Plano de Lutas para o próximo período, o Sind-UTE/MG coordenará as ações articulando táticas de comunicação, mobilização e luta:

Em defesa da Educação Pública e de qualidade socialmente referenciada

1. Lutar contra retrocessos na concepção e nos princípios que nortearam a regulamentação do PSPN, em nível federal;
2. Promover ações de mobilização visando assegurar a INTEGRALIDADE do valor do PSPN, para a jornada de 24h semanais, para todas as carreiras da educação e aposentadas/os com paridade, conforme expresso na Lei estadual 21710/15;
3. Defender o Piso Nacional da categoria como a correção de uma injustiça histórica: o rebaixamento dos salários de uma categoria majoritariamente feminina, que trabalha mais e recebe menos do que profissionais de outras áreas com formação equivalente;
4. Lutar pelo pagamento das dívidas acumuladas pelo Estado junto à categoria, em virtude do descumprimento da política remuneratória, desde 2017;
5. Lutar pelo cumprimento do dispositivo constitucional que obriga ao Estado a aplicação de, no mínimo, 25% do que arrecada com impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
6. Lutar pela manutenção da gestão pública estatal das escolas estaduais com fim dos programas e projetos que visem à implementação de parcerias público-privadas, privatizações, terceirização de serviços, militarização ou modelos de educação domiciliar;
7. Lutar contra a implementação dos Projetos Mãos Dadas, Somar e Trilhas do Futuro, bem como de qualquer outro cuja natureza aponte para a desresponsabilização do Estado em relação a sua obrigação de oferta da Educação Pública;
8. Lutar pela suspensão e reversão da política de municipalização das escolas estaduais, bem como as iniciativas que visam à redução do número de matrículas e de fechamento de escolas na rede estadual;
9. Lutar pelo cumprimento do Plano Estadual de Educação;
10. Lutar pela nomeação de todos(a)s aprovados(as), em concurso em vigente, bem como a realização de novos concursos públicos para as vagas existentes, principalmente para os ASB's (Auxiliares de Serviços da Educação Básica);
11. Lutar pela ampliação do patamar de investimento equivalente a 10% do PIB em educação pública;
12. Lutar pelos direitos dos trabalhadores das SREs e do Órgão Central;
13. Promover a eleição de representantes sindicais nas escolas, por comissões formadas por membros de carreiras diversas.
14. Ampliar a presença do/a representante do Sind-UTE/MG na escola, com vistas à permanente informação, formação e mobilização;

15. Criação e/ou consolidação de comitês em defesa das escolas públicas que envolvam comunidade interna e externa, pais e alunos, construindo assim áreas livres de discussão da comunidade sobre financiamento, currículo, homeschooling, dentre outros.

16. Lutar contra as diversas formas de violência contra os(as) trabalhadores(as) no ambiente escolar, inclusive as de ordem moral;

17. Defender a liberdade de cátedra e o livre pensamento e informação, vedando qualquer forma de censura ou discriminação de natureza filosófica, religiosa, ideológica, política, étnica, de gênero ou orientação sexual;

18. Defender o uso de recursos públicos da Educação, exclusivamente, para a escola pública;

19. Ampliar a discussão na categoria e na sociedade sobre reformulação curricular visando à construção de uma escola inclusiva e sintonizada com as demandas do nosso tempo;

20. Intervir no processo de escolha dos livros didáticos, evitando estereótipos contra mulheres, aposentados/idosos, negros e qualquer posição discriminatória e inferiorizada de grupos sociais;

21. Lutar pela revogação do Decreto nº 10.004, de 5 setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e a reversão da militarização nas escolas onde foi implementada;

22. Lutar pela revogação da Portaria nº 865, de 8 de novembro de 2022, que institui a Rede de Inovação para a Educação Híbrida;

23. Lutar pela revogação do Decreto nº 10.502 de 30/09/2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial;

24. Lutar pela revogação da Lei nº 13.415/2017, de implantação da Reforma do Ensino Médio, seus impactos no Programa Nacional do Livro Didático e no ENEM, e da Resolução CNE- 02/2019 que altera as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de professore(a)s para a Educação Básica (BNC formação), que está articulada com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC da educação básica

25. Buscar a mais ampla unidade na luta com todas as centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais;

26. Realizar com prioridade o trabalho de base e junto às comunidades escolares a partir de visitas sistemáticas da Direção Estadual às diversas regiões do Estado;

27. Realizar campanha de valorização do Sind-UTE nas redes sociais junto à categoria com relatos de conquistas obtidas com a luta sindical e resgate histórico;

28. Instituir calendário permanente de lutas que amplie o trabalho de base e promova a descentralização das ações de luta, inclusive com a realização de assembleias regionais com mais frequência;

Luta em defesa dos(as) aposentados(as), previdência e saúde

1. Pela urgente e necessária valorização e proteção das aposentadas e aposentados, pela garantia de paridade, pelo fim das contribuições previdenciárias após a aposentadoria;
2. Lutar contra o desmonte do IPSEMG e pelo seu fortalecimento com ampliação de sua rede de atendimento e recomposição de seu fundo;
3. Lutar pelo fortalecimento e qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS);
4. Lutar contra a privatização da saúde pública;
5. Buscar uma política efetiva de saúde, atacando as causas do adoecimento dos profissionais da Educação;
6. Defender irrestritamente a educação do campo, indígena e quilombola, respeitando suas características e peculiaridades;
7. Fortalecer a luta contra a EaD, o ensino híbrido e a plataformização da educação, organizando com as subsedes e o movimento estudantil seminários e publicações sobre o assunto.
8. Inclusão de uma pauta específica dos aposentados (as) na campanha salarial de 2023;
9. Dinamizar o trabalho do coletivo de aposentadas(as) com a criação de núcleos regionais;

Luta em defesa da Democracia e Soberania Nacional

1. Construção de um Projeto de Formação Sindical e política para trabalhadoras e trabalhadores da educação, voltado para formação classista, com especial atenção ao papel da relação público-privado e a necessidade do permanente combate ao golpismo e ideologias neofascistas;
2. Realizar campanha permanente para alteração de nomes das escolas e unidades educacionais que portam nome de agentes da ditadura militar, inclusive dos próprios ditadores.
3. Lutar pela Reforma Agrária e pelo incentivo à Agricultura Familiar;
4. Lutar contra os golpes orquestrados pelo imperialismo estadunidense contra os governos progressistas de esquerda no mundo e em especial na América Latina;

5. Integrar a luta pela reforma tributária que taxe o grande capital e reverta o caráter regressivo dos impostos no Brasil;
6. Lutar pela ampliação do orçamento público para educação, saúde, habitação popular e geração de emprego trabalho e renda;
7. Defender as riquezas naturais como patrimônio nacional estratégico e lutar contra toda tentativa de fragmentação ou privatização deste patrimônio;
8. Fortalecer as lutas das organizações e movimentos sociais para transformar a energia em luta popular, para que a água e energia não sejam mercadorias.
9. Apoiar às medidas que sejam favoráveis aos direitos do povo, às liberdades democráticas e à soberania nacional;
10. Reforçar a luta e avançar na construção de estratégias e espaços de articulação com as demais entidades para combater a violência da extrema direita contra as escolas, universidades, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras da educação;
11. Lutar para garantir governos e parlamentos com representações populares, progressistas e da classe trabalhadora.
12. Construir junto às demais entidades vinculadas à CNTE, um dia nacional de greve da educação em abril pelo cumprimento do PSPN e revogação do novo ensino médio;
13. - Realização de campanha massiva virtual solicitando o voto dos deputados federais para aprovação do projeto de lei do Deputado Rogério Correa sobre o cumprimento do piso;

Luta em defesa dos Serviços Públicos

1. Em defesa dos serviços públicos, lutar contra a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal.
2. Lutar pela derrubada do teto de gastos (Emenda Constitucional 95), que representa um duro ajuste fiscal que precariza ao limite a prestação dos serviços públicos;
3. Não às privatizações e desnacionalização, em especial da Eletrobras e dos Correios, além de interromper a privatização fatiada da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal;
4. Defender os serviços públicos e derrotar em definitivo a Reforma Administrativa (PEC 32);
5. Lutar contra as renúncias fiscais indiscriminadas e combater a sonegação;

Lutas pelos direitos da Classe Trabalhadora

1. Pelo fim do legado do Golpe jurídico-midiático-parlamentar de 2016 e pelo avanço dos interesses da classe trabalhadora! Nesse sentido, são prioritárias a revogação do Teto de Gastos, da Contrarreforma Trabalhista e da Contrarreforma Previdenciária;
2. Mobilizar a base do Sind-UTE/MG para aprofundar as ações pautadas pelas centrais, em especial pela CUT, que visam ampliar os direitos da classe trabalhadora;
3. Lutar pela ampliação do orçamento público para educação, saúde, habitação popular e geração de emprego, trabalho e renda;
4. Lutar pela valorização do salário mínimo e das aposentadorias;
5. Lutar pela regulamentação do mercado de trabalho, combater com rigor a terceirização e todas as formas de flexibilização e/ou precarização das relações entre capital e trabalho;
6. Garantir o direito irrestrito de greve e coibir as práticas antissindicais;
7. Realizar campanha de arrecadação de recursos financeiros para viabilizar o funcionamento do sindicato frente aos bloqueios nas contas da entidade, decorrentes de práticas antissindicais do governo de Romeu Zema.

Lutas contra as opressões

1. Promover o diálogo entre movimentos de mulheres, de negros e negras, indígenas e LGBTQIAP+ para fortalecimento da luta contra as opressões;
2. Promover ações de fortalecimento e consolidação dos coletivos do Sind-UTE/MG como espaços de formação e luta contra as opressões;
3. Integrar as campanhas nacionais pelo direito a saúde pública das mulheres e pela descriminalização do aborto;
4. Lutar pela demarcação e homologação das terras indígenas e quilombolas, resgatando e preservando a sua cultura através de uma educação inclusiva;
5. Lutar pela erradicação do trabalho escravo e do trabalho de crianças e menores adolescentes;
6. Lutar pela participação das mulheres nos espaços públicos de poder;
7. Lutar pela consolidação da política de combate à violência sobre as mulheres;
8. Lutar pela regulamentação do Sistema Nacional de Juventude;
9. Manter e ampliar as políticas de cotas, afirmativas de direito e equidade social;
10. Denunciar a violência contra a população negra;

11. Pela implementação das leis 10.639 e 11.645 e em defesa da regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial e da Política Nacional;

12. Lutar contra a exploração sexual infantil;